

Contribuições marxistas ao regionalismo

RAFAEL VIEIRA DA SILVA

RESUMO: O artigo sistematiza as contribuições marxistas para a compreensão do regionalismo enquanto fenômeno das Relações Internacionais. Para tanto, expõe as leituras marxistas da integração europeia e do regionalismo latino-americano, salientando seu potencial crítico às visões dominantes na área. Argumenta-se que a ligação entre a globalização e o regionalismo e as dinâmicas estruturais do capitalismo que interconectam os dois fenômenos é uma contribuição chave do marxismo para o campo.

PALAVRAS-CHAVE: Marxismo. Integração Regional. Regionalismo. Relações Internacionais.



Marxist contributions to regionalism

ABSTRACT: The article systematizes marxist contributions to the understanding of regionalism as a phenomenon in International Relations. To this end, it presents marxist interpretations of European integration and Latin American regionalism, highlighting their critical potential in challenging dominant perspectives in the field. It argues that the connection between globalization and regionalism, as well as the structural dynamics of capitalism that interlink these, is a key Marxist contribution to the field.

KEYWORDS: Marxism. Regional Integration. Regionalism. International Relations.

RAFAEL VIEIRA DA SILVA

Doutorando do Programa de
Pós-Graduação em Relações
Internacionais da Universidade
Federal da Bahia (PPGRI-UFBA).
Mestre em Relações Internacionais
pelo PPGRI-UFBA. E-mail:
vieirarafael@ufba.br

DATA DE ENVIO: 20/03/2025

DATA DE APROVAÇÃO: 19/04/2025

1 Introdução

O regionalismo está presente no imaginário latino-americano desde as guerras pela independência do século XIX, ilustrado pelo chamado por unidade regional de Simón Bolívar a partir de razões estratégicas na Carta da Jamaica de 1815 (Bolívar, 1983). Diferente dos esforços de Bolívar em busca da consolidação de uma identidade regional e da criação de mecanismos comuns para a defesa contra agressões externas, o regionalismo desenvolvido a partir da segunda metade do século XXI foi marcado por outro contexto e outros objetivos. Na América Latina, os temas do desenvolvimento e da autonomia foram centrais nas iniciativas regionais que se desenvolveram, ligando-se diretamente às transformações estruturais pelas quais o sistema capitalista passava, culminando no capitalismo global da contemporaneidade. Na Europa, a integração estava intimamente ligada ao desfecho da Segunda Guerra Mundial, de modo que “os formuladores de políticas da Europa Ocidental adotaram o regionalismo como um projeto de paz” (Bilgin; Futák-Campbell, 2021, p. 6).¹

Este artigo parte desse ponto de inflexão histórico que situa a especificidade do regionalismo contemporâneo para apresentar um panorama geral das contribuições marxistas nas análises desse fenômeno. O objetivo é resgatar de forma ampla essas contribuições, apresentando um balanço sobre as intervenções do campo marxista na literatura sobre regionalismo e integração regional. Para tanto, consultou-se bibliografia composta por parcela importante da literatura sobre o regionalismo latino-americano e o europeu, sistematizando as principais intervenções marxistas identificadas nesses debates.

A realização desse balanço das contribuições marxistas é fundamental, dado o espaço limitado ocupado por abordagens baseadas no vasto corpo teórico marxista (Berringer; Ferreira, 2022) dentro da subárea das Relações Internacionais (RI) que estuda a integração regional e o regionalismo em sentido amplo.² Compreender

¹ Essa e as demais traduções foram realizadas pelo autor.

² Hurrell (1995) entende a integração como subtipo do fenômeno mais amplo do regionalismo. Para simplificar e evitar adentrar em um debate tangencial ao propósito deste artigo, optou-se por adotar tanto o termo integração

as intervenções marxistas, frequentemente marginalizadas nesse campo, não apenas permite uma crítica às visões dominantes do regionalismo, mas também contribui para a ampliação do pluralismo dentro da disciplina.

Na investigação de Araujo e Ferreira (2024) a respeito da produção acadêmica sobre regionalismo no Brasil e na introdução de Mesquita (2019) à integração regional como subcampo das RI, por exemplo, o marxismo sequer aparece mencionado como uma das abordagens teóricas relevantes para a área. Por um lado, há um elemento de negligência reforçado pela posição marginal que o marxismo ocupa dentro das RI de modo geral. Por outro, essa ausência é reveladora do modo como os estudos sobre o regionalismo foram moldados no rastro da experiência europeia, fator histórico que se reflete nos aportes teóricos dominantes.

Apesar de dominada por análises UE-cêntricas³ (Acharya, 2016), a literatura sobre o bloco regional sul-americano Mercosul⁴ possui algumas importantes intervenções situadas no campo marxista, como ilustram as análises feitas de uma perspectiva poulantziana (Berringer; Ferreira, 2022; Granato, 2020) e as abordagens que se utilizam da Teoria Marxista da Dependência (Luce, 2007; Müller, 2011; Patrón, 2015; Souza; Silva, 2013). Esse lugar hegemônico da experiência europeia na construção teórica dos estudos sobre regionalismo dificulta os esforços para a construção de teorias e práticas que contemplem as particularidades do regionalismo desenvolvido no Sul Global. O reconhecimento da existência desse UE-centrismo implica na necessidade de uma

como regionalismo para descrever o campo no qual busca-se identificar as contribuições marxistas existentes.

3 Abordagens “UE-cêntricas” tendem a projetar a integração europeia como paradigma universal, ofuscando especificidades históricas e estruturais de outras regiões e reproduzindo-se através de aplicações acríticas do ponto de vista europeu.

4 Criado no ano de 1991 na esteira do processo de aproximação entre Brasil e Argentina que havia sido iniciado entre os anos de 1985 e 1987 pelos então presidentes de Argentina e Brasil, Raúl Alfonsín (1983-1989) e José Sarney (1985-1990), o Mercosul acabou por incorporar Paraguai e Uruguai no seu tratado constitutivo, o Tratado de Assunção, tendo um caráter neoliberal impregnado ao seu nascimento, onde a eliminação de barreiras ao comércio ditava os rumos do bloco (Bandeira, 2009).

atenta contextualização histórica na condução de estudos regionais e na tarefa de identificar lacunas deixadas por esses quadros explicativos, salientando o engajamento crítico com outros pontos de vista teórico-conceituais costumeiramente marginalizados no campo, como as abordagens marxistas apresentadas ao longo deste artigo.

Argumentamos que a sistematização proposta nesta pesquisa contribui para identificar pontos de convergência e divergência entre as diferentes vertentes do pensamento marxista. Esse arranjo de inflexões do marxismo na integração regional fortalece a análise crítica dessa dimensão, utilizando categorias vinculadas à investigação do modo de produção capitalista e da dinâmica da luta de classes que o estrutura. Uma conexão orgânica e dialética entre o global e o regional é imprescindível para o estudo do fenômeno da integração na contemporaneidade, relacionando seus desenvolvimentos históricos com as transformações do capitalismo e as categorias correspondentes à apreensão desse processo. Portanto, sistematizar as contribuições do marxismo no regionalismo consolida a ligação entre a globalização e o regionalismo e as dinâmicas estruturais que interconectam os dois fenômenos.

O artigo está dividido em três seções. Na primeira, é realizada uma exposição geral dos caminhos tomados por marxistas para investigar os processos regionais contemporâneos. Em seguida, o artigo se concentra nas leituras marxistas da integração europeia e suas particularidades na contramão das abordagens tradicionais do campo. Por fim, o artigo localiza as contribuições marxistas na literatura sobre o regionalismo latino-americano. Na conclusão, é destacado o potencial dessas contribuições marxistas como eixo de renovação crítica dessa subárea das RI.

2 Os caminhos do marxismo para a análise crítica de processos regionais

Em um cenário cuja configuração internacional delineava com clareza a consolidação da hegemonia dos Estados Unidos, o regionalismo que desabrochou gradualmente entre os países europeus respondia aos estímulos dessa nova realidade global, ainda que de

maneira claudicante. Na movimentação regional dos países latino-americanos, o pano de fundo estrutural não era diferente – mas seus efeitos, sim. Esse amplo processo histórico internacional que ocupa boa parte do século XX serve como quadro indispensável para pensar os processos regionais dentro do arcabouço marxista.

Com uma nova etapa da trajetória do sistema capitalista desenhada pelos interesses estadunidenses, a saga pelo desenvolvimento que domina a atenção dos Estados na América Latina se realizou na sombra desse novo império em construção. Como aponta Osório (2015, p. 42), a hegemonia estadunidense “foi elemento decisivo nos rumos mundiais”, onde construiu-se um itinerário dos regionalismos de ambas as regiões sob o rastro desta consolidação imperialista. Nesse sentido, os processos regionais funcionam, primariamente, como ferramentas de domesticação de ambientes ainda inóspitos aos avanços desse novo status quo hegemônico: “a rede de dominação formal é complementada com a reprodução na esfera regional desta dinâmica” (Osório, 2015, p. 44).

O que abordagens marxistas do regionalismo deixam claro é que é fundamental integrar a discussão da globalização e seu padrão de acumulação nos estudos sobre a dimensão regional, em especial sobre o papel desses processos na luta de classes. Teorias tradicionais da integração regional, como a neofuncionalista, enfatizam as dinâmicas políticas domésticas dos países inseridos em um processo regional e negligenciam a estrutura político-econômica internacional e as relações de produção na qual essas unidades estão inseridas (Bieler; Morton, 2001). Já o intergovernamentalismo, outra abordagem *mainstream* do campo do regionalismo, ultrapassa as limitações domésticas do neofuncionalismo, ao mesmo tempo em que tropeça em um paradigma estado-cêntrico incapaz de enxergar os contornos de mudanças estruturais – como a globalização – que ultrapassam essa caixa de ferramentas teóricas (Bieler; Morton, 2001). Nesse sentido, parte importante da contribuição marxista para análise do regionalismo contemporâneo passa pelo cuidado em promover uma contextualização do declínio do fordismo e da ascensão de um novo regime de acumulação como parte constituinte de uma caracterização adequada de processos regionais.

A partir desse caminho marcado pelo método dialético e as complexas determinações oriundas das relações internas entre o global, o regional e o nacional, perspectivas marxistas situam os estudos sobre regionalismo em uma abertura transdisciplinar que contesta as delimitações tradicionais do campo. A globalização não é uma força da natureza que se impõe de modo amorfo nas diferentes sociedades a seu alcance. Uma leitura passiva dos processos de difusão do capitalismo ignora a composição de interesses de frações de classe por trás desse fenômeno e as resistências que se formam em variadas dimensões, seja em nível local, nacional, regional ou internacional. A análise da integração como fenômeno ligado internamente aos avanços do capitalismo global é, portanto, um dos pilares de uma leitura materialista histórica atenta à temporalidade vigente e sua longa duração.

A Escola de Amsterdã é uma das abordagens marxistas na integração regional que adotam esse caminho. Ela surgiu em meados dos anos 1970 no departamento de Relações Internacionais da Universidade de Amsterdã a partir do interesse de um grupo de acadêmicos em investigar os processos de formação de classes transnacionais e sua aplicação na experiência de integração europeia (Jessop; Overbeek, 2019). Um dos principais elementos da pesquisa desse grupo era o entendimento de que o processo cada vez mais intenso de transnacionalização de capitais ofuscava a dicotomia entre o nível doméstico e o internacional.

A partir de considerações sobre o dilema entre visões altamente deterministas e concepções de agência demasiadamente soltas, a Escola de Amsterdã buscou se situar “entre as armadilhas do estruturalismo e do voluntarismo” (Horn; Wigger, 2019, p. 212). A tentativa de escapar dos reducionismos dessas duas opções extremas fortaleceu o desenvolvimento de uma perspectiva que enxerga uma unidade dialética na tensão inerente às relações entre a estrutura e a agência (Overbeek, 2004). Nesse sentido, como será discutido neste artigo, a Escola de Amsterdã desenvolveu “conceitos capazes de capturar a relação dialética entre as dinâmicas estruturais da acumulação de capital, por um lado, e a configuração da política e ideologia, por outro” (Overbeek, 2004, p. 115).

2.1 As diferentes vertentes do marxismo no regionalismo

Ainda que um olhar estrutural para o modo de produção capitalista e suas estratégias de reprodução esteja no centro das análises marxistas de modo geral, existem nuances que singularizam as abordagens e ressaltam a diversidade dentro dessa tradição. Uma das principais vertentes para pensar o regionalismo de um ponto de vista marxista é a poulantziana. Poulantzas (1975) propôs o conceito de burguesia interna (também chamada de burguesia interior) para descrever uma fração da classe capitalista que se associa ao capital externo de forma conflitiva, combinando elementos de subordinação e competição. Como ilustra Berringer (2020, p. 38):

A burguesia interna [...] é [...] entendida como uma fração intermediária entre duas outras frações: de um lado, a burguesia compradora, que atua como mera correia de transmissão dos interesses imperialistas no interior da formação social dependente e, de outro lado, a burguesia nacional, que teria propensão a formar alianças com as classes populares em torno da questão nacional – anti-imperialista.

Outra ideia central de Poulantzas para análise do regionalismo é a de bloco no poder, que consiste em uma “unidade contraditória das classes e frações das classes dominantes” (Granato; Berringer, 2024, p. 3). Apesar do bloco no poder promover o propósito amplo de manutenção do modo de produção capitalista, ele detém em seu âmago relações conflituosas em torno da condução da política estatal. Assim, parte da burguesia que possui domínio em determinado bloco no poder influencia com maior efetividade o Estado. Como será abordado adiante, o desenvolvimento teórico do autor está intimamente ligado à sua investigação da integração europeia. No entanto, é fundamental destacar que seu pensamento também é frutífero para análises do regionalismo na América Latina, como pesquisas recentes sobre o Mercosul de uma perspectiva poulantziana – que também serão abordadas adiante – demonstram (Berringer; Ferreira, 2022; Granato, 2020).

Outra vertente importante do marxismo com incursões relevantes no tema do regionalismo é a Teoria Marxista da Dependência (TMD). Para essa atualização da teoria do imperialismo originada

no pensamento social latino-americano, o capitalismo da região era *sui generis*, de tal maneira que assumia formas e tendências específicas. A categoria dependência foi desenvolvida por essa abordagem como síntese de múltiplas determinações dessa especificidade do capitalismo na América Latina (Luce, 2018). Como sintetiza Luce (2018), essa categoria abarca leis tendenciais do capitalismo latino-americano, que consistem na transferência de valor como intercâmbio desigual, na cisão no ciclo do capital (divórcio entre estrutura produtiva e as necessidades das massas) e na superexploração da força de trabalho. Para Marini (2017), o fundamento da dependência era justamente a superexploração, entendida tanto como a maior exploração da capacidade física do trabalhador como quanto a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor. Essa característica estrutural do capitalismo latino-americano demanda uma investigação cuidadosa desse nível de análise e de suas dinâmicas próprias, evitando que simplesmente se reproduza as considerações gerais sobre o modo de produção capitalista nessa esfera. Como será tratado mais adiante neste artigo, essa abordagem enquadra a integração criticamente dentro desse panorama de particularização da forma de reprodução capitalista característica da América Latina.

Reconhecido como principal representante da vertente neogramsciana da Economia Política Internacional (EPI), Robert Cox (1983; 1987) foi o responsável por chamar atenção até mesmo do *mainstream* das RI (Keohane, 1986) ao pensamento do marxista italiano Antonio Gramsci (1891-1937). A análise de Cox dos mecanismos pelos quais a hegemonia opera o levou a delinear três esferas que compõem uma estrutura histórica: “(1) a organização da produção [...]; (2) as formas de Estado, [...]; [e] (3) as ordens mundiais [...]” (Ramos, 2021, p. 158). Dentro dessas esferas, operam ainda as ideias, as capacidades materiais e as instituições (Ramos, 2021). Deste modo, Cox buscava capturar as nuances transitórias da ordem mundial e seu caráter hegemônico a partir do léxico gramsciano.

Enquanto a ênfase de Cox em sua produção acadêmica foi a ordem mundial como objeto, Gamble e Payne (1996; 2003) se inspiraram no arcabouço teórico neogramsciano do autor para

desenvolver o que chamaram de “abordagem da ordem mundial”. Nesta perspectiva, centrando-se na categoria hegemonia, a dimensão regional é articulada com os processos de globalização e com os contornos paralelos de uma ordem mundial. Enfatiza-se a necessidade de pensar o regional *no* global e enxergá-lo, primariamente, como resposta aos desafios impostos pelas transformações estruturais da economia global (Söderbaum, 2005). Dentro desse pensamento, desenvolveu-se um olhar crítico para as iniciativas regionais, salientando o papel das organizações situadas nessa dimensão em promover transformações neoliberais, consolidando a hegemonia desse padrão de acumulação, mantendo-o longe das amarras da política doméstica (Hook; Kearns, 1999).

A Escola de Amsterdã também se caracteriza como uma das vertentes que contribuíram para a absorção dos estudos sobre o regionalismo para dentro do campo marxista e sua problemática mais ampla de crítica ao capitalismo. Como uma vertente inserida na tradição neogramsciana, os pensadores dessa escola tematizaram o eixo consensual da hegemonia desenvolvido por ele,⁵ reformulando-o através da noção de conceitos abrangentes de controle. Um conceito abrangente de controle diz respeito à dimensão ideológica que subsume o campo das decisões político-econômicas em uma determinada sociedade (no caso do capitalismo contemporâneo, a nível global). Essa “constelação ideacional” (van der Pijl, 2010) forma o horizonte do possível para toda a sociedade em termos de políticas a serem implementadas, modos de vida a serem seguidos, relações sociais a serem nutridas, etc. Assim, é um conceito abrangente por cobrir esferas tão diversas da sociedade, desde que estejam integradas às relações de produção. Como parte relevante da expansão do capitalismo global envolve adentrar esferas da vida social ainda dotadas de certa autonomia frente a lógica de acumulação, esse conceito de controle se torna verdadeiramente abrangente em comparação com conceitos atrelados a padrões de acumulação anteriores, como o fordismo.

5 Gramsci (2017, p. 101) apontava que “[o] exercício “normal” da hegemonia [...] caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria [...]”.

A noção de conceito de controle também dialoga com a ideia de bloco histórico de Gramsci, especialmente o resgate do conceito feito no âmbito das RI por Cox (1983), que salienta como ideias, instituições políticas e econômicas se encontram reciprocamente relacionadas em uma estrutura historicamente situada. O que o conceito abrange de controle dos autores da Escola de Amsterdã enfatiza neste caso é a ligação entre essa estrutura e a parcela da classe dominante que conduz, em termos gerais, sua reprodução. Um conceito de controle aparece, portanto, como a manifestação concreta de um projeto da fração de classe hegemônica (van der Pijl, 2004).

Assim como Poulantzas, os autores da Escola de Amsterdã também dão centralidade ao estudo das diferentes frações da classe capitalista em sua conexão com os projetos político-econômicos a nível regional.⁶ Para essa vertente, uma fração do capital corresponde a um agregado de interesses capitalistas que estão direcionados para uma função particular do processo de acumulação de capital (Overbeek; van der Pijl, 1993). Quando uma ou mais dessas frações articula de forma concreta a contradição que existe entre a classe capitalista e a trabalhadora, ela assume o caráter de fração dominante ou hegemônica. Trata-se, portanto, de uma compreensão funcional das frações de classe, onde “orientações comuns, definições de interesses e experiências coletivas” (Overbeek; van der Pijl, 1993, p. 3) condensam na prática a unidade expressa por esse fracionamento da classe capitalista. Essa noção funcional de fração permite maior flexibilidade no entendimento das relações entre diferentes capitalistas, evitando não só um conceito monolítico de capital como também uma divisão rígida entre distintas frações.

Além disso, é preciso contextualizar a clássica ideia marxista de consciência de classe nos recortes das frações, indicando a necessidade de diferenciar interesses gerais da classe capitalista

⁶ Tanto Poulantzas como os autores da Escola de Amsterdã realizaram tais análises tendo como objeto o processo de integração europeu. Esforços recentes vem sendo realizados para trazer as contribuições desses autores para o contexto do regionalismo latino-americano, como os trabalhos de Berringer e Ferreira (2022), no lado poulantziano, e de Califano e Silva (2025), no lado da Escola de Amsterdã.

como um todo *vis-à-vis* a classe proletária dos interesses particulares e conflituosos que se manifestam na competitividade intra-classe capitalista. É necessário articular o conteúdo da consciência de frações de classe. São justamente os conceitos abrangentes de controle que permitem essa articulação. Na esfera regional, os contornos institucionais e políticos dos projetos situados nessa dimensão dependem do caráter nacional (como no período fordista) ou transnacional (como no período pós-fordista/neoliberal) da fração dominante, de modo que os seus interesses materiais são traduzidos em ações nesse âmbito (Radice, 2007).

Por fim, vale destacar o trabalho de Osório (2018a) como um esforço recente que busca situar o longo processo de desenvolvimento da União Europeia no âmbito da “dinâmica de intensificação da internacionalização das relações de produção, ocasionada com a crise do fordismo e ascensão da globalização e seus ditames neoliberais [...]”, salientando, portanto, a centralidade do capitalismo e suas estruturas na compreensão de processos regionais de modo geral. Esse indicativo da necessidade de análises que integram o regionalismo na totalidade do capitalismo nos leva para a investigação das leituras concretas desenvolvidas tanto para o processo europeu, como para o regionalismo latino-americano.

3 Leituras marxistas da integração europeia

Por mais heterodoxo que se possa parecer, algo muito esquecido é que a história do processo de integração europeu tem na sua raiz elementos marxistas. Altiero Spinelli, um dos líderes do *Movimento Federalista Europeu* que foi precursor da ideia da integração como passo para formação de um Estado europeu federal, tinha formação no movimento comunista italiano (Manners, 2006). Apesar disso, as visões marxistas do processo de integração na Europa sempre estiverem às margens das discussões dominantes tanto dentro da academia como nos círculos políticos ligados aos avanços da integração.

Historicamente, as primeiras abordagens marxistas da integração europeia foram publicadas a partir da segunda metade da década de 1960. O trotskista belga Ernst Mandel (1967; 1970),

por exemplo, foi um dos primeiros a analisar de forma ampla o avanço da integração a partir de categorias marxistas, situando-a nas dinâmicas do capitalismo. O autor analisou a interpenetração de capitais e a formação de instituições comuns a partir de um olhar estratégico para as ambições dos movimentos trabalhistas dentro do continente europeu, apontando a necessidade de uma simultânea internacionalização da luta de classes na esteira desse processo regional em andamento. Para Mandel (1967), a integração europeia aprofundava a lógica capitalista de centralização e concentração, expandindo-a para a esfera internacional, na qual uma acumulação continental se desenrolaria e daria início a uma rivalidade imperial entre uma Europa unificada e os Estados Unidos enquanto competidor hegemônico global. De modo geral, o belga se situava na crítica marxista ao caráter ahistórico dos estudos existentes à época sobre integração, dissociados das transformações estruturais do modo de produção capitalista.

No entanto, leituras como a de Mandel ainda estavam presas a um paradigma excessivamente economicista do marxismo, ligado à ortodoxia soviética dominante durante a primeira metade do século XXI (Radice, 2007). Um dos pontos de virada para o surgimento de abordagens distintas dentro do marxismo foi o debate entre Ralph Miliband e Nicos Poulantzas⁷ a respeito do estado capitalista. Este último interviu no tema da integração tecendo uma crítica a Mandel por limitar o tópico ao aspecto de internacionalização do capital (Poulantzas, 1974). Mais cético quanto ao papel da integração na formação de um aparato supranacional, o autor enfatizava, em vez disso, o impacto do processo regional nas estruturas políticas nacionais dos países europeus. Para ele, “é a forma nacional que prevalece em sua luta essencialmente internacional” (Poulantzas, 1974, p. 171). A visão de Poulantzas se enquadraria, portanto, em uma concepção do impulso regional como um arranjo internacional entre Estados nacionais, que permanece como forma política dominante (Bonefeld, 2002).

Ao contrário de Mandel, o marxista grego enfatiza os laços de dependência que se criavam entre o capital europeu e o capital

7 Para um balanço do debate e sua significância contemporânea, ver Jessop (2008).

americano a partir dos investimentos feitos pelos Estados Unidos em setores chave da economia europeia (Poulantzas, 1974). Os Estados Unidos, em virtude de sua posição hegemônica, estavam em situação confortável na relação com os europeus, de tal modo que seus capitais determinavam a nova face do velho continente no pós-Segunda Guerra (Osório, 2015). O Plano Marshall de reconstrução europeia iniciado em 1947 pelos Estados Unidos, impulsionado pelo interesse de dissuadir aproximações do continente europeu com a União Soviética, foi um pilar do encontro de interesses entre as elites dos dois lados do Atlântico Norte. Apesar dessa relação de subordinação com os Estados Unidos, o regionalismo europeu se apresenta como um elemento ativo na gestão da ordem internacional, atuando em um papel subordinado, mas que, na comparação com o regionalismo latino-americano, se torna distintivamente hegemônico:

[A integração europeia é] [m]etropolitana, uma vez que as grandes potências europeias ainda estariam no centro imperialista do eixo dinâmico de acumulação do capital (em condição de explorar as partes periféricas e acirrando a competição com os Estados Unidos). Subordinada, pois, ao mesmo tempo, dentro do núcleo de poder, nas relações interimperialistas, sofre a exploração dos capitais e as imposições do poder estadunidense (Osório, 2015, p. 39).

Deste modo, a integração europeia está na vanguarda do projeto hegemônico de construção e reprodução da ordem internacional, servindo de pilar institucional e ideológico para o espraiamento das iniciativas regionais pelo mundo em concordância com a instrumentalização desses processos na reprodução do padrão de acumulação dominante. Esse papel, iniciado na estruturação do sistema capitalista em seu momento histórico de dominação fordista, é posteriormente intensificado com a ascensão do neoliberalismo, estando organicamente ligado à difusão do paradigma de regionalismo aberto⁸ associado à globalização neoliberal.

8 Modelo de regionalismo propagado nas últimas décadas do século XX (e retomado na segunda década do século XXI) que preconiza políticas de abertura comercial visando a eliminação de obstáculos ao comércio.

Tanto Mandel como Poulantzas se destacam por enquadrarem em suas análises as implicações do regionalismo a nível das classes sociais. A separação entre o “político” e o “econômico”, fundada na formalização desconectada de processos históricos (Radice, 2007), presente nas visões dominantes da integração à época (e que assim permanecem até os dias atuais), como o neofuncionalismo e o liberalismo intergovernamentalista, ofuscavam o papel das relações de produção e de classe nos contornos da iniciativa regional europeia.

Uma outra importante contribuição marxista da segunda metade do século XX é a de Stuart Holland (1980).⁹ O autor criticava a falta de clareza quanto ao caráter capitalista da integração europeia nas avaliações dos neofuncionalistas. Holland (1980, p. 89) destacava a importância de uma análise da integração centrada nas relações de classe e suas contradições, pontuando como a escolha por essa abordagem acentua “questões de exploração e poder que são inconvenientemente perturbadoras para muitas das elites envolvidas nos processos regionais”. Do ponto de vista marxista, as tensões dialéticas entre as duas classes fundamentais das sociedades capitalistas – burgueses e proletários – são irreconciliáveis. Já abordagens tradicionais do processo regional europeu, como a neofuncionalista, não recorrem a essa diade elementar na dinâmica das relações sociais. Em vez disso, consideram uma pluralidade de grupos que interagem com base em interesses diversos, os quais podem ser atendidos e harmonizados por meio do aprofundamento político proporcionado pela integração regional (Holland, 1980). Essa visão mais otimista do regionalismo resulta, de imediato, no ocultamento dos interesses estruturais vinculados ao modo de produção capitalista e ao padrão de acumulação dominante.

Desde os anos 1990, autores da perspectiva neogramsciana têm contribuído no campo do regionalismo com suas análises

9 Publicado no mesmo ano do livro de Holland, o artigo de Cocks (1980, p. 40) também desenvolve um argumento marxista para explorar a integração europeia como um “meio de estabelecer ou restaurar as condições para a acumulação e realização [da mais-valia]”.

da integração europeia (Bieler; Morton, 2001; Cox, 2007). Um importante exemplo desses esforços é Stephen Gill (1992), figura importante do pensamento neogramsciano na EPI e nas RI, que articulou a noção de neoliberalismo disciplinar para compreender processos do capitalismo global no fim do século XX e suas expressões no âmbito da integração europeia. Como aponta Ramos (2013, p. 247), o “neoliberalismo disciplinar seria [...] uma contra-revolução do capital [...], que reconstitui o Estado e o capital assim como intensifica as hierarquias sociais associadas com as relações de classe, raça e gênero”. Através da consolidação de arcabouços político-jurídicos,¹⁰ formais e informais (Gill; Cutler, 2014), surge “uma arquitetura de controle do mercado que blindas as decisões, estruturas e agentes econômicos do interesse público e das demandas populares, ao passo que garante as condições (jurídicas) para as operações do capital global” (Aragão; Santos, 2017, p. 62). Nesse sentido, a análise da experiência europeia se insere nesse movimento mais amplo de intensificação do padrão de acumulação neoliberal.

Outra importante análise neogramsciana da União Europeia é a realizada por Cafruny e Ryner (2017), que articulam essa perspectiva em diálogo com teses poulantzianas. Para os autores, a união monetária europeia não representa um desafio à hegemonia americana, mas sim um elemento de aprofundamento dos laços transatlânticos. Além disso, ressaltam que a visão de uma coesão intercapitalista como a abarcada pela noção de classe capitalista transnacional da Escola de Amsterdã precisa ser matizada pelas nuances pontuadas outrora por Poulantzas quanto às burguesias internas. Como os autores apontam, “o atual mal-estar da Europa pode ser amplamente explicado pela crescente desunião das classes dominantes nos espaços transatlântico e europeu, respectivamente” (Cafruny; Ryner, 2019, p. 205).

¹⁰ Gill (2001) situa esses arcabouços no que chama de novo constitucionalismo. O autor define o novo constitucionalismo como um “marco de governança internacional [que] busca separar as políticas econômicas da responsabilização política de modo amplo para tornar os governos mais responsivos à disciplina das forças de mercado e, conseqüentemente, menos responsivos às forças e processos democrático-populares” (Gill, 2001, p. 47).

Por fim, ressalta-se as análises da integração europeia realizadas pela Escola de Amsterdã, que também se enquadra no paradigma neogramsciano, ainda que com suas particularidades. O centro da análise da integração europeia realizada por essa vertente consiste na identificação de uma classe capitalista europeia ligada, ainda que abarcando contradições, ao capital estadunidense (Holman; van der Pijl, 1996). Como exemplo dessas contribuições, destaca-se a análise de van Apeldoorn (2002) do papel de fóruns de representantes dos setores industriais dos países do bloco na consolidação da integração em termos neoliberais. O autor assinala que a fração do capital transnacional liderada pelo setor financeiro tomou a frente do processo e influenciou as decisões políticas do bloco ao longo da década de 1990, marginalizando projetos políticos-ideológicos de cunho mercantilista ou social-democrata. Esse exemplo indica a centralidade do conceito de controle na gestão do capitalismo e, em particular, no enquadro da integração na reprodução do padrão de acumulação dominante. Além disso, os projetos concorrentes não foram completamente ignorados, com elementos às suas margens tendo sido incorporados, o que ressalta a forma como um conceito de controle dominante coopta elementos menos disruptivos de outras visões.

4 Leituras marxistas do regionalismo latino-americano

O aparecimento do regionalismo na América Latina esteve diretamente ligado à busca pelo desenvolvimento na região, associada às propostas cepalinas de industrialização como caminho para alcançar essa condição. Nisso, a ideia que predomina é a da formação de um mercado comum latino-americano (Prebisch, 1959). Porém, na disputa de visões pelas formas de emancipação para os países do continente, vozes marxistas fizeram-se presentes.

Como já apontado anteriormente, uma das principais contribuições latino-americanas para o marxismo consiste na TMD. Como aponta Casas-Gragea (2013), os autores da TMD identificam a ideia de integração com o próprio processo europeu, rechaçando-a como solução e apontando-a como instrumento de ajuste do capitalismo para adiar suas crises. Nesse sentido, o lugar da integração no pensamento de autores como Theotonio Dos Santos, Ruy Mauro

Marini e Vânia Bambirra¹¹ não era como projeto, mas como um dos elementos criticados no tema mais amplo do desenvolvimento do subdesenvolvimento, isto é, a relação entre o desenvolvimento do capitalismo no centro do sistema e a intensificação de relações de dependência da periferia com o centro.

Essa perspectiva crítica situa a integração proposta na América Latina a partir da segunda metade do século XX como “ahistórica, economicista e orgânica ao imperialismo norte-americano – e, em menor medida, ao imperialismo europeu – assim como ao capitalismo monopolista” (Casas-Gragea, 2013, p. 60). Marini (1993), por exemplo, via o impulso à integração econômica no fim do século XX como diretamente ligado à hegemonia estadunidense, apontando a necessidade de um caráter político à frente desse processo que se impusesse aos contornos dependentes dos projetos regionais existentes. Bambirra (2013), por sua vez, via essa dimensão política explicitamente ligada com o caráter de progresso industrial na região, desde que esse processo tomasse um caráter socialista, posição também compartilhada por Marini (1993) e Dos Santos (1970). Marini (1992, p. 61) reforçava ainda a importância de um caráter popular para os projetos integracionistas latino-americanos, apontando a necessidade de “coordenação de esforços no plano sindical, social e cultural, assim como partidário e parlamentar”. Assim, um genuíno caminho integracionista era visto como movimento posterior à transformação estrutural das economias da região em direção ao socialismo.

Análises mais recentes do regionalismo latino-americano da perspectiva da TMD avaliam elementos como o subimperialismo na dimensão regional (Luce, 2007; 2014), a coesão social como norte de processos regionais (Müller, 2011) e o caráter desestruturador para países periféricos de uma integração comercial com países centrais (Ferreira, 2021). Além da TMD, as abordagens poulantzianas também têm ganhado destaque, em especial na literatura sobre o Mercosul. Berringer e Ferreira (2022), por exemplo, utilizam um arcabouço conceitual poulantziano para caracterizar as diferentes fases do Mercosul desde os blocos no poder nos países dominantes do bloco, Argentina e Brasil. Assim, se na década de 1990 o bloco se pautava pela lógica do regionalismo aberto

11 Para uma síntese da contribuição da TMD às RI de modo geral, ver Bichir (2021).

em virtude do domínio da burguesia compradora, as mudanças na década de 2000 trouxeram consigo variações nos blocos no poder domésticos – em que a burguesia interior se tornou fração hegemônica – que efetivaram uma mudança no paradigma de regionalismo dominante, com o bloco regional passando a deter característica de um processo multidimensional. Nessa mesma linha, Granato (2020) trata do caráter dependente da inserção internacional promovida pelo Mercosul, o que indica o potencial colaborativo entre a perspectiva poulantziana e a TMD. Outra leitura marxista que se destaca no tratamento do regionalismo latino-americano é a de Katz (2006), que realiza um estudo comparativo entre o projeto liderado pelos Estados Unidos da Área de Livre-Comércio das Américas (Alca), o Mercosul e a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), ressaltando a dimensão das classes sociais atreladas a cada uma dessas iniciativas. Para o autor, os atores ligados à fração hegemônica do capital aproveitam o desenho organizacional do Mercosul para replicar as estratégias de pressão e lobby que exercem na arena política doméstica, de modo que o bloco se torna mecanismo administrativo adicional que retroalimenta o domínio por parte dessa elite.

Diante das leituras apresentadas, é notável a escassez de trabalhos situados em perspectivas neogramscianas na literatura sobre o regionalismo latino-americano.¹² Há um interessante potencial comparativo e complementar a ser explorado entre essas abordagens e as poulantzianas. A abordagem da Escola de Amsterdã em particular, com sua noção de conceitos abrangentes de controle, abarca as divergências salientadas pela divisão poulantziana entre burguesia interna e compradora dentro de uma concepção estrutural orientada para a dualidade entre o caráter nacional ou transnacional da fração hegemônica. Nesse sentido, a abordagem desses autores está em um nível de análise mais amplo que o poulantziano, prescindindo do papel analítico realizado pela distinção entre burguesia interna e compradora, o

12 Uma exceção é o trabalho de Califano e Silva (2025), que fazem uso de conceitos da Escola de Amsterdã para discutir o fundamento neoliberal da trajetória do Mercosul. Também destacamos a análise de Clemente (2021) sobre a onda rosa e o regionalismo pós-hegemônico na América do Sul a partir dos conceitos desenvolvidos por Robert Cox.

que pode acarretar tanto em vantagens como desvantagens. Esse é, portanto, um possível eixo de renovação crítica dessa subárea das RI, sinalizando o impacto positivo que análises marxistas do regionalismo não-hegemônico podem vir a ter.

5 Considerações Finais

A relevância da implementação de prismas teóricos inseridos na tradição marxista no estudo do regionalismo no geral – e do latino-americano em particular – parte, dentre outras coisas, do confronto com a contínua ênfase em aspectos conjunturais que várias análises empregam. É o que acontece, por exemplo, na literatura sobre o Mercosul, em que os focos tendem a ser os processos de transformações institucionais e de oscilações político-ideológicas (Almeida, 2014; Florêncio, 2015; Kaltenthaler; Mora, 2002; Malamud, 2016). Nesse sentido, há uma lacuna de articulações que situam a integração regional na totalidade dinâmica do capitalismo.

Este artigo buscou sistematizar as principais contribuições marxistas tanto para o regionalismo europeu como para o latino-americano, visando demonstrar o potencial analítico e transformativo que essas abordagens possuem. O entendimento de como os processos globais e a integração regional interagem a partir da mediação das frações de classe no poder aparece como um promissor eixo de pesquisa para uma compreensão mais sistemática do regionalismo, capaz de sanar insuficiências encontradas em leituras não-dialéticas. Através desse balanço, foi possível identificar convergências e divergências entre essas vertentes. Além disso, espera-se que essa sistematização e avaliação das produções marxistas no regionalismo estimule o desenvolvimento contínuo de pesquisas nesse âmbito, permitindo assim que o marxismo siga buscando ocupar o seu espaço nas RI, campo em que sua importância é constantemente apagada e marginalizada.¹³

13 É importante lembrar que as relações internacionais têm sido objeto do marxismo desde antes do próprio surgimento oficial da disciplina, como evidenciado pelas discussões de Lênin sobre imperialismo, sendo neste contexto que os primeiros debates da disciplina verdadeiramente emergem (Osório, 2018b).

REFERÊNCIAS

ACHARYA, Amitav. Regionalism beyond EU-centrism. In: BÖRZEL, Tanja A.; RISSE, Thomas (org.). **The Oxford Handbook of Comparative Regionalism**. Oxford: Oxford University Press, 2016, p. 109-130.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Mercosul: do otimismo à resignação. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 16, p. 43-56, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/items/651a7692-c569-4d5e-9cdc-49647d438378>>. Acesso em: 30 mai. 2025.

ARAGÃO, Daniel Maurício de; SANTOS, Tiago Matos dos. A Governança Global do Desenvolvimento e a Despolitização do Land Grabbing: “there is no alternative”? **Estudos Internacionais**, v. 5, n. 2, p. 57-73, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2017v5n2p57>>. Acesso em: 30 mai. 2025.

ARAUJO, André Leite; FERREIRA, Guilherme Augusto Guimarães. A produção acadêmica sobre Regionalismo no Brasil: características a partir dos resumos das teses e dissertações na área de Ciência Política e Relações Internacionais no período 1987-2021. **Carta Internacional**, v. 19, n. 3, p. e1530, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.21530/ci.v19n3.2024.1530>>. Acesso em: 30 mai. 2025.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Geopolítica e Política Exterior**: Estados Unidos, Brasil e América do Sul. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

BERRINGER, Tatiana. A Escola de Campinas: análise poulantziana da política brasileira. **Crítica Marxista**, n. 51, p. 37-56, 2020.

BERRINGER, Tatiana; FERREIRA, Mariana Davi. Power Blocs and Regional Organizations in Latin America: A Poulantzian Perspective. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 65, n. 1, p. e010, 2022.

BICHIR, Máira Machado. A teoria marxista da dependência: contribuições do marxismo latino-americano às Relações Internacionais. In: BUGIATO, Caio (org.). **Marxismo e Relações Internacionais**. Goiânia: Editora Phillos Academy, 2021, p. 250-279.

BIELER, Andreas; MORTON, Adam David. Introduction: Neo-Gramscian Perspectives in International Political Economy and the Relevance to European Integration. In: BIELER, Andreas; MORTON, Adam David (org.). **Social Forces in the Making of the New Europe**: The Restructuring of European Social Relations in the Global Political Economy. Basingstoke: Palgrave, 2001, p. 3-24.

BILGIN, Pinar; FUTÁK-CAMPBELL, Beatrix. Introduction: Globalizing (the Study of) Regionalism in International Relations. In: FUTÁK-CAMPBELL, Beatrix (org.). **Globalizing regionalism and international relations**. Bristol: Bristol University Press, 2021, p. 3-26.

BOLÍVAR, Simón. Carta de Jamaica. In: BELLOTTO, Manoel Lelo; CORRÊA, Anna Maria Martinez (org.). **Simón Bolívar: política**. São Paulo: Ática, 1983. p. 74-89.

BONEFELD, Werner. European integration: the market, the political and class. **Capital & Class**, v. 26, n. 2, p. 117-142, 2002.

CAFRUNY, Alan; RYNER, Magnus. Alternative perspectives on European integration. In: JESSOP, Bob; OVERBEEK, Henk (org.). **Transnational capital and class fractions: the Amsterdam School perspective reconsidered**. Abingdon: Routledge, 2019, p. 202-206.

CAFRUNY, Alan W; RYNER, Magnus. **The European Union and global capitalism: origins, development, crisis**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2017.

CALIFANO, Andrea; SILVA, Rafael Vieira da. A integração desintegradora do Mercosul e a globalização: uma relação dialética sob a lógica da colonialidade. **Carta Internacional**, v. 19, n. 3, p. e1450, 2025.

CASAS-GRAGEA, Ángel M. Regional Integration in the Inside Trends of Latin American Dependency Thinking. In: PUNTIGLIANO, Andrés Rivarola; BRICEÑO-RUIZ, José (org.). **Resilience of Regionalism in Latin America and the Caribbean: Development and Autonomy**. London: Palgrave Macmillan, 2013. p. 53-80.

CLEMENTE, Dario. Robert Cox, los neogramscianos y el regionalismo post-hegemónico en Sudamérica. Una revisión crítica de la literatura sobre el proyecto regional de Brasil y la hegemonía (2003-2016). **Oikos**, v. 20, n. 2, p. 123-141, 2021.

COCKS, Peter. Towards a Marxist Theory of European Integration. **International Organization**, v. 34, n. 1, p. 1-40, 1980.

COX, Robert W. Questões estruturais de um governo global: implicações para a Europa. In: GILL, Stephen (org.). **Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007, p. 367-406.

COX, Robert W. **Production, power, and world order: social forces in the making of history**. New York: Columbia University Press, 1987.

COX, Robert W. Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 12, n. 2, p. 162, 1983.

DOS SANTOS, Theotonio. Dependencia económica y alternativas de cambio en América Latina. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 32, n. 2, p. 417, 1970.

FERREIRA, Carlos Serrano. A interpretação marxista sobre o livre-comércio e o exemplo do NAFTA. In: BUGIATO, Caio (org.). **Marxismo e Relações Internacionais**. Goiânia (GO): Editora Phillos Academy, 2021, p. 33-70.

FLORÊNCIO, Sergio Abreu e Lima. Trajetória do Mercosul e mudança de paradigmas e de posições da política externa brasileira: começo virtuoso e crise recente – possíveis interpretações. **IPEA**, p. 1-50, 2015.

GAMBLE, Andrew; PAYNE, Anthony. The World Order Approach. In: SÖDERBAUM, Fredrik; SHAW, Timothy M. (org.). **Theories of New Regionalism**: A Palgrave Reader. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003, p. 43-62.

GAMBLE, Andrew; PAYNE, Anthony (org.). **Regionalism and World Order**. Basingstoke: Macmillan, 1996.

GILL, Stephen. Constitutionalising Capital: EMU and Disciplinary Neo-Liberalism. In: BIELER, Andreas; MORTON, Adam David (org.). **Social Forces in the Making of the New Europe**: The Restructuring of European Social Relations in the Global Political Economy. Basingstoke: Palgrave, 2001, p. 47-69.

GILL, Stephen. The Emerging World Order and European Change: the Political Economy of European Union. **Socialist Register**, p. 157-196, 1992.

GILL, Stephen; CUTLER, A. Claire. New constitutionalism and world order: general introduction. In: GILL, STEPHEN; CUTLER, A. Claire (org.). **New constitutionalism and world order**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p. 1-21.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, v. 3**: Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GRANATO, Leonardo. Mercosur, inserción subalterna y burguesías internas de Argentina y Brasil. **Izquierdas**, n. 49, p. 797-809, 2020.

GRANATO, Leonardo; BERRINGER, Tatiana. Mercosur y los bloques en el poder en Brasil y Argentina (1991-2022). **América Latina en la Historia Económica**, v. 31, n. 3, p. 1-15, 2024.

HOLLAND, Stuart. **UnCommon Market**: Capital, Class and Power in the European Community. London: Palgrave Macmillan, 1980.

HOLMAN, Otto; VAN DER PIJL, Kees. The capitalist class in the European union. In: KOURVETARIS, George A.; MISCHONAS, Andreas (org.). **The Impact of European Integration**: Political, Sociological and Economic Changes. Westport: Praeger, 1996. p. 55-74.

HOOK, Glenn; KEARNS, Ian (org.). **Subregionalism and World Order**. London: Palgrave Macmillan, 1999.

HORN, Laura; WIGGER, Angela. Out of Amsterdam!: Beyond the boundaries of (transnational) capitalist class formation. In: JESSOP, Bob; OVERBEEK, Henk (org.). **Transnational Capital and Class Fractions: the Amsterdam School perspective reconsidered**. Abingdon: Routledge, 2019. p. 212-216.

HURRELL, Andrew. Explaining the Resurgence of Regionalism in World Politics. **Review of International Studies**, v. 21, n. 4, p. 331-358, 1995.

JESSOP, Bob. Dialogue of the Deaf: Some Reflections on the Poulantzas-Miliband Debate. In: WETHERLY, Paul; BARROW, Clyde W.; BURNHAM, Peter (org.). **Class, Power and the State in Capitalist Society**. London: Palgrave Macmillan, 2008, p. 132-157.

JESSOP, Bob; OVERBEEK, Henk (org.). **Transnational capital and class fractions: the Amsterdam School perspective reconsidered**. Abingdon: Routledge, 2019.

KALTENTHALER, Karl; MORA, Frank O. Explaining Latin American economic integration: the case of Mercosur. **Review of International Political Economy**, v. 9, n. 1, p. 72-97, 2002.

KATZ, Claudio. **El rediseño de América Latina: ALCA, MERCOSUR y ALBA**. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2006.

KEOHANE, Robert O. (org.). **Neorealism and its critics**. New York: Columbia University Press, 1986.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência: problemas e categorias, uma visão histórica**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUCE, Mathias Seibel. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente. **Tensões Mundiais**, v. 10, n. 18, p. 43-65, 2014.

LUCE, Mathias Seibel. **O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)**. 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2007.

MALAMUD, Andrés. Interdependence, Leadership and Institutionalization: The Triple Deficit and Fading Prospects of Mercosur. In: DOSENRODE, Søren (org.). **Limits to Regional Integration**. Abingdon: Routledge, 2016, p. 163-178.

MANDEL, Ernest. **Europe vs. America: contradictions of imperialism**. New York and London: New Left Books, 1970.

MANDEL, Ernest. International capitalism and “supranationality”. **Socialist Register**, v. 4, p. 27-41, 1967.

MANNERS, Ian. Another Europe is Possible: Critical Perspectives on European Union Politics. In: JØRGENSEN, Knud; POLLACK, Mark; ROSAMOND, Ben. **Handbook of European Union Politics**. London: SAGE Publications Ltd, 2006, p. 77-95.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 9, n. 3, p. 325-356, 2017.

MARINI, Ruy Mauro. Los caminos de la integración latinoamericana. **RUY MAURO MARINI - UNAM**. 1993. Disponível em: <<https://marini-escritos.unam.mx/?p=1468>>. Acesso em: 30 de maio de 2025.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina: Dependência e Integração**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1992.

MESQUITA, Rafael. Regionalismo, integração regional e as relações internacionais: uma introdução teórica. **Revista de Estudos Internacionais (REI)**, v. 10, n. 1, p. 3-22, 2019.

MÜLLER, Jonatan Pozzobon. Integração regional e coesão social no Mercosul: uma análise à luz da teoria da dependência. **Plural**, v. 18, n. 1, p. 11, 2011.

OSÓRIO, Luiz Felipe Brandão. Capitalismo e processos de integração regional. **Revista de Estudos Jurídicos UNESP**, v. 22, n. 35, p. 13-38, 2018a.

OSÓRIO, Luiz Felipe. **Imperialismo, Estado e Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2018b.

OSÓRIO, Luiz Felipe Brandão. **Um estudo crítico da União Europeia: Contradições de seu Desenvolvimento Institucional e Normativo**. 2015. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

OVERBEEK, Henk. Transnational class formation and concepts of control: towards a genealogy of the Amsterdam Project in international political economy. **Journal of International Relations and Development**, v. 7, n. 2, p. 113-141, 2004.

OVERBEEK, Henk; VAN DER PIJL, Kees. Restructuring capital and restructuring hegemony: Neo-liberalism and the unmaking of the post-war order. In: OVERBEEK, Henk (org.). **Restructuring Hegemony in the Global Political Economy: The Rise of Transnational Neo-Liberalism in the 1980s**. London: Routledge, 1993. p. 1-27.

PATRÓN, Angela Garofali. Integración latinoamericana: una interpretación desde la Teoría marxista de la dependencia. **REBELA**, v. 5, n. 1, 2015.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

POULANTZAS, Nicos. Internationalisation of capitalist relations and the Nation-State. **Economy and Society**, v. 3, n. 2, p. 145-179, 1974.

PREBISCH, Raúl. El Mercado Común Latinoamericano. **CEPAL**. 1959. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/9b3c068c-5119-434f-8f78-af14acca06b6/content>>. Acesso em: 30 de maio de 2025.

RADICE, Hugo. Britain and Europe: Class, state and the politics of integration. **Capital & Class**, v. 31, n. 3, p. 27-46, 2007.

RAMOS, Leonardo. A contribuição neogramsciana para os estudos internacionais. In: BUGIATO (org.). **Marxismo e Relações Internacionais**. Goiânia: Editora Phillos Academy, 2021, p. 144-178.

RAMOS, Leonardo. Pensando criticamente a economia política global: apontamentos para o estudo das potências médias emergentes. **Austral**, v. 2, n. 3, p. 233-256, 2013.

SÖDERBAUM, Fredrik. The International Political Economy of Regionalism. In: PHILLIPS, Nicola (org.). **Globalizing International Political Economy**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005, p. 221-245.

SOUZA, Nilson Araujo de; SILVA, Luisa Maria Nunes de Moura e. Integração contemporânea da América Latina: teoria e prática. **Monções**, v. 2, n. 3, p. 144-165, 2013.

VAN APELDOORN, Bastiaan. **Transnational Capitalism and the Struggle over European Integration**. London: Routledge, 2002.

VAN DER PIJL, Kees. Western hegemony and transnational capital: A dialectical perspective. In: ANIEVAS, Alexander (org.). **Marxism and World Politics: Contesting Global Capitalism**. Abingdon: Routledge, 2010, p. 42-60.

VAN DER PIJL, Kees. Two faces of the transnational cadre under neo-liberalism. **Journal of International Relations and Development**, v. 7, n. 2, p. 177-207, 2004.